



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

04/04/2014 ATÉ 04/04/2014



INDÍCE

1	BLOG DIEGO EMIR	
	1.1 EVENTOS.....	1
2	BLOG ZECA SOARES	
	2.1 CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	2
3	O IMPARCIAL ONLINE	
	3.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	3
4	SEM ASSUNTO	
	4.1 CURSOS.....	4
	4.2 DECISÕES.....	5
5	SITE ADVOGADO NEWS	
	5.1 CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	6
	5.2 EVENTOS.....	7 8
	5.3 JUÍZES.....	9
	5.4 PROJETO RECONHECER É AMAR.....	10
	5.5 TELEJUDICIÁRIO.....	11
6	SITE AGORA MARANHÃO	
	6.1 DECISÕES.....	12
7	SITE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO MARANHÃO - AMMA	
	7.1 JUÍZES.....	13
8	SITE IDIFUSORA	
	8.1 UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	14
	8.2 VARAS CRIMINAIS.....	15
9	SITE JORNAL PEQUENO	
	9.1 COMARCAS.....	16
	9.2 DECISÕES.....	17 18
	9.3 DESEMBARGADORES.....	19
	9.4 TELEJUDICIÁRIO.....	20
10	SITE O PROGRESSO	
	10.1 DECISÕES.....	21

Edilázio destaca Encontro de Corregedores em São Luís

O líder do Bloco Democrático na Assembleia Legislativa, deputado estadual Edilázio Júnior (PV), destacou nesta quinta-feira (03) na tribuna da Casa o 65º Encontro de Corregedores dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), que acontece até amanhã na capital.

O evento, que tem como tema "Corregedores e juízes, um novo elo na valorização da magistraturas de 1º grau", foi aberto ontem pela desembargadora Nelma Sarney, presidente do Colégio de Corregedores da Justiça do Brasil.

"O encontro trata da valorização da Magistratura de 1º grau, onde 90% das demandas partem da Justiça de 1º grau, mas não chegam até o 2º grau, uma vez que podem ocorrer acordos, conciliações. Por conta disso há a necessidade sim de valorização e toda atenção da Justiça de segundo grau", disse.

Edilázio, que participou como convidado ontem da abertura dos trabalhos, destacou os temas que serão debatidos por magistrados gabaritados de todo o país e ressaltou a atuação da desembargadora Nelma Sarney, que preside o colegiado nacional. "A desembargadora Nelma foi eleita a presidente a presidenta dos corregedores do Brasil e está recebendo todos os corregedores de seus estados e do Distrito Federal com muita satisfação", afirmou.

Hoje, uma série de palestras foram ministradas aos participantes do evento. O tema central foi a "Política de Priorização da Justiça de 1º grau". Amanhã os trabalhos prosseguem com a exposição de projetos sociais no Judiciário e do Programa de Fortalecimento das Políticas Sociais do Judiciário.

O deputado Edilázio Júnior também destacou a sanção da governadora Roseana Sarney (PMDB) a lei que cria o Fundo Especial de Segurança do Judiciário maranhense. A lei também cria a Central de Inquérito no Maranhão, que tem como principal objetivo dar celeridade às demandas das delegacias de polícia.

São Luís terá Central de Inquéritos



A governadora do Estado sancionou na quarta-feira (2) o projeto de lei que cria a Central de Inquéritos de São Luís. Em março, o projeto já havia sido aprovado por unanimidade da Assembleia Legislativa, onde teve relatoria do deputado Edilázio Junior. Com a sanção, a unidade judicial fica pendente apenas de sua instalação pelo Tribunal de Justiça.

A Central de Inquéritos é fruto do projeto de Lei Complementar nº. 10, do Tribunal de Justiça, e partiu de uma reivindicação da desembargadora Nelma Sarney, corregedora-geral da Justiça. A unidade é uma das iniciativas do Programa Integrado de Combate à Violência, coordenado pela desembargadora, que lembrou "esse projeto atende aos clamores dos diversos órgãos e representações públicas que participaram das discussões sobre o enfrentamento à violência no Estado, com destaque para região de São Luís".

Dentre os benefícios da central, está a o de dar mais celeridade às solicitações realizadas pelas autoridades policiais, quando da necessidade de realizar suas operações, a exemplo dos mandatos de busca e apreensão.

"A Central de Inquéritos objetiva melhorar a estruturação dos serviços judiciais no âmbito do 1º grau, sobretudo descentralizando atribuições de competências com processamento de inquéritos policiais, seus incidentes e, principalmente, medidas cautelares de urgência de interesse dos órgãos policiais, incrementando ainda maior rapidez nas atividades policial e judicial em nossa cidade", esclareceu Nelma Sarney.

A aprovação acrescenta o inciso LXV e o parágrafo 5º ao Artigo 9º do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão. O Tribunal de Justiça deverá regulamentar, por meio de resolução, a nova unidade. A central será composta por até três juízes auxiliares, a serem designados pelo corregedor-geral da Justiça, cujos nomes deverão ser aprovados em Plenário.

Sejap explica a parceiros a utilização do Sistema de Inteligência em Segurança Penitenciária



Com o tema "O Ciclo Prisional e as Tecnologias da Informação", a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e parceiros institucionais promoveram, nesta quinta-feira (3), no auditório da Casa Civil, em São Luís, um encontro entre os órgãos do Estado que utilizam o Sistema de Inteligência e Informação em Segurança Penitenciária (SIISP). O objetivo foi integrar os setores envolvidos com o sistema, além da troca de informações.

O SIISP permite a consulta online de dados sobre o sistema de segurança penitenciária. Atualmente todas as unidades de São Luís já possuem o SIISP instalado e, em todo estado, apenas 10% ainda não fazem parte, mas devem ser inseridas em breve.

Para o subsecretário, Mário Leonardo Pereira Junior, a reunião representa um ponto positivo para os órgãos e para o sistema penitenciário "Esta interação entre as instituições é essencial para o bom desenvolvimento das tarefas de cada um e das que precisam e do trabalho que deve ser realizado em conjunto", disse.

O assessor de Segurança e Inteligência da Sejap, Fredson Pinheiro Maciel, destacou a importância do encontro. Segundo ele, saber usar o sistema corretamente e manter os dados corretos e atualizados garante um serviço mais ágil e eficaz.

Presentes também o secretário-adjunto de Justiça, Kécio Rabelo; diretores das unidades prisionais e representantes do Ministério Público, da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP), do Tribunal de

Justiça, Defensoria pública; além de técnicos especializados.

AMMA comunica ao TJMA apoio a requerimento que trata de movimentação na carreira

Em ofício encaminhado à presidente da Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos do Tribunal de Justiça, assinado pelo presidente Gervásio Santos, a AMMA informou que apoia o pedido formulado nos autos do Processo nº 10983/2014, com o objetivo de modificar o Código de Divisão e Organizações Judiciárias a fim de que nas movimentações da carreira da magistratura maranhense as remoções sempre precedam às promoções, quer por merecimento, quer por antiguidade.

A adesão da AMMA ao requerimento é decorrente de decisão da maioria de seus associados, que se manifestaram na última Assembleia Geral realizada no dia 22 de março (foto), favorável às promoções antecedidas de remoções, conforme o pronunciamento do Conselho Nacional de Justiça nos autos do PCA nº 001021-84.2013.2.00.0000. Os magistrados presentes na assembleia também se posicionaram contra o pedido de remoção da remoção na entrância intermediária.

O Processo nº 10983/2014, no qual o juiz Hóldice Barros, da Comarca de Grajaú, e outros magistrados, solicitam a alteração do Código de Divisão e Organização Judiciárias, havia sido convertido em diligência pela Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos, em reunião realizada no dia 25 de março de 2014, e encaminhando à AMMA para manifestação, a qual foi feita à Comissão no dia 1º de abril, por meio Ofício 42/14.

Abertas inscrições para Oficina de Motivação na ESMAM

2/04/2014 | 12:05

Servidores do judiciário interessados a participar da Oficina de Motivação: Os desafios e o sentido do Trabalho poderão fazer suas inscrições até esta sexta-feira, 4 de abril. Servidores do judiciário interessados a participar da Oficina de Motivação: Os desafios e o sentido do Trabalho poderão fazer suas inscrições até esta sexta-feira, 4 de abril

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) está disponibilizando 80 vagas para servidores do Judiciário estadual na Oficina de Motivação: Os desafios e o sentido do Trabalho, que será realizada no período de 7 a 11 de abril (das 14h às 18h), no auditório da ESMAM. Para garantir a participação é necessário acessar o sistema acadêmico Tutor, da escola judicial, até o dia 4 de abril, e confirmar a inscrição no curso.

O treinamento, que busca oferecer amplo conhecimento acerca da motivação no ambiente de trabalho, será ministrado pela instrutora interna, Maria Arlinda Reis de Marques Freitas - analista judiciário psicóloga, lotada na Divisão de Serviço Social e Psicologia, do Fórum Des. Sarney Costa, na capital e também Secretária da cultura e promoção social do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA). Arlinda Reis, analista judiciário psicóloga e secretária da cultura e promoção social do Sindjus-MA é a instrutora da Oficina de Motivação. Arlinda Reis, analista judiciário psicóloga e secretária da cultura e promoção social do Sindjus-MA é a instrutora da Oficina de Motivação.

O curso tem carga horária de 20 horas, e pretende proporcionar aos servidores - por meio de aula interativa, recursos audiovisuais e dinâmicas grupais - ferramentas para a conquista da motivação pessoal, importante para o alcance de metas tanto na vida pessoal quanto no ambiente corporativo.

GOL É CONDENADA A PAGAR R\$ 20 MIL POR RACISMO

Ao ter problemas para embarcar em seu voo, cliente ouviu de funcionário da empresa, no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus: "tinha que ser preto, mesmo"; companhia teve recurso negado e foi condenada pelo TJ-MA
4 DE ABRIL DE 2014 ÀS 11:14

D24am - A 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) julgou improcedente o recurso da empresa VRG Linhas Aéreas, razão social da Gol Linhas Aéreas, e confirmou decisão da juíza Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio, titular da 16ª Vara do Juizado Especial Cível, que em 2012 condenou a empresa a pagar R\$ 20 mil de indenização por danos morais a um cliente, acrescidos de juros e correção monetária.'

Trata-se de uma condenação pela prática de racismo, por parte de uma atendente da empresa no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus, ocorrida em 2011. O relator do recurso, que já transitou em julgado, foi o juiz presidente da 3ª Turma Recursal do TJAM, Rogério Vieira, cujo voto foi acompanhado pelos demais membros do colegiado.

A empresa também foi condenada a pagar a quantia de R\$ 1.842,22, a título de indenização por danos materiais, pelo valor gasto com a compra das passagens no cartão de crédito do chefe do cliente, acrescidos de juros e correção monetária.

A ação de indenização foi apresentada pelo cliente contra a empresa aérea, em razão das ofensas de cunho racista proferidas por uma funcionária contra ele quando tentava embarcar para comparecer ao funeral de sua mãe, na cidade de Recife (PE), viagem que não ocorreu.

Como a passagem fora comprada com urgência pelo chefe do cliente, com seu cartão de crédito, a funcionária exigiu a confirmação da compra pelo titular do cartão. Como era madrugada, o cliente não conseguiu falar com seu chefe por telefone e foi até sua casa para informá-lo da situação e o titular do cartão disse que confirmaria as informações por telefone à atendente.

Nos autos, o cliente relata que, ao retornar ao aeroporto, a funcionária da empresa confirmou os dados por telefone, mas exigiu também falar com um vizinho do chefe a fim de confirmar as afirmações do titular para então liberar o embarque.

Segundo o autor da ação, ele não tinha contato de vizinho e disse à atendente que iria procurar seus direitos e uma solução jurídica para a negativa da empresa, mas quando virou as costas ouviu a funcionária proferir ofensas discriminatórias, na frente de outros passageiros, dizendo: "tinha que ser preto mesmo".

Sancionada Lei que cria Central de Inquéritos de São Luís

03/04/2014

A governadora do Estado sancionou nesta quarta-feira (02) o projeto de lei que cria a Central de Inquéritos de São Luís. Em março, o projeto já havia sido aprovado por unanimidade da Assembleia Legislativa, onde teve relatoria do deputado Edilázio Junior. Com a sanção, a unidade judicial fica pendente apenas de sua instalação pelo Tribunal de Justiça.

A Central de Inquéritos é fruto do projeto de Lei Complementar nº. 10, do Tribunal de Justiça, e partiu de uma reivindicação da desembargadora Nelma Sarney, corregedora-geral da Justiça. A unidade é uma das iniciativas do Programa Integrado de Combate à Violência, coordenado pela desembargadora, que lembrou “esse projeto atende aos clamores dos diversos órgãos e representações públicas que participaram das discussões sobre o enfrentamento à violência no Estado, com destaque para região de São Luís”.

Dentre os benefícios da central, está a o de dar mais celeridade às solicitações realizadas pelas autoridades policia, quando da necessidade de realizar suas operações, a exemplo dos mandatos de busca e apreensão.

“A Central de Inquéritos objetiva melhorar a estruturação dos serviços judiciais no âmbito do 1º grau, sobretudo descentralizando atribuições de competências com processamento de inquéritos policiais, seus incidentes e, principalmente, medidas cautelares de urgência de interesse dos órgãos policiais, incrementando ainda maior rapidez nas atividades policial e judicial em nossa cidade”, esclareceu Nelma Sarney.

A aprovação acrescenta o inciso LXV e o parágrafo 5º ao Artigo 9º do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão. O Tribunal de Justiça deverá regulamentar, por meio de resolução, a nova unidade. A central será composta por até três juízes auxiliares, a serem designados pelo corregedor-geral da Justiça, cujos nomes deverão ser aprovados em Plenário.

Combate à violência - O Programa Integrado de Combate à Violência foi formulado em 2013 a partir da união de diversos órgãos e entidades com a finalidade de discutir e propor soluções para problemática da violência no Estado. Participam do programa Tribunal de Justiça, Corregedoria da Justiça, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração Penitenciária, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Companhia Vale, Alumar, Associação Comercial do Maranhão, Fecomércio, além de representantes da sociedade civil.

Priorização do 1º grau em pauta no Encontro de Corregedores

03
ABR
2014
10:29

Com o tema “Política de Priorização da Justiça de 1º Grau”, o secretário-geral adjunto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Marivaldo Dantas, abriu os trabalhos do segundo dia do Encontro de Corregedores da Justiça (Encoge), que acontece na Cidade de São Luís. O debate segue durante toda a manhã desta quinta-feira (03). Na parte da tarde, os corregedores vão discutir as contribuições para a resolução do CNJ que está em fase de elaboração e terá como finalidade a definição de diretrizes de priorização de necessidades para a Justiça brasileira. O evento está sendo realizado no Hotel Luzeiros, Ponta do Farol.

Considerando que ainda podem ser realizadas recomendações para a resolução, Marivaldo destacou alguns aspectos em que as corregedorias podem participar, dentre as quais, a equalização da força de trabalho; intervir para garantir recursos para a primeira instância; estabelecer rotinas de trabalho com a garantia da participação de magistrados e servidores de 1º grau; incentivar pesquisa para identificação de causas de problemas e busca de soluções e a manutenção da atividade correcional.

Também terá início na parte da tarde a programação voltada para juízes de direito da Justiça estadual. A partir das 15h30 a juíza do Rio de Janeiro, Ranata Gil Videira, abordará o tema “Medidas Cautelares no Combate ao Crime Organizado”. A programação para os magistrados continua nesta sexta-feira (04), a partir das 08h30, com a exposição do tema “Saúde do Magistrado”, “Interface entre Psicanálise e o Direito”, Segurança dos Magistrados” e “Sistemas Integrado de Gestão Operacional”. Juízes do quadro do Tribunal de Justiça do Maranhão não precisam realizar a inscrição, bastando apenas comparecer ao evento.

O 65º Encoge conta com apoio do Banco do Brasil e do Governo do Estado.

Atividades paralelas do encontro de corregedores movimentam magistratura maranhense

04/04/2014

Na tarde desta quinta-feira (03) os juízes maranhenses tiveram a oportunidade de participar da palestra Medidas Cautelares no Combate ao Crime Organizado, ministrada pela juíza do Rio de Janeiro Renata Gil Videira. A magistrada é coordenadora da Central de Assessoramento Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e integrante da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro.

O momento se constituiu em um intercâmbio, no qual a magistrada carioca trouxe experiências do Estado do Rio de Janeiro no enfrentamento ao crime organizado. De acordo com Renata Gil, muitas das medidas podem ser adotadas em outros tribunais.

O juiz Francisco de Lima, da 2ª Vara de Coroatá, destacou a oportunidade como extremamente relevante para a população, considerando que participação dos juízes em atividades dessa natureza vai refletir na melhoria dos serviços judiciais. Para Lima, o juiz precisa estar preparado para exercer a função judicante e, na sua visão, só é possível com a valorização e com formação continuada.

“Acho algo relevante devido à troca de experiências de juízes que vivem realidades diferentes. O juiz de primeiro grau é que vive a realidade primeira, está junto à sociedade, é ele quem primeiro olha o problema. Portanto, é louvável essa abertura, porque percebemos que realmente há uma tentativa em aproximar e valorizar os juízes”, esclareceu.

Não há necessidade de inscrição por parte dos juízes. A programação para os magistrados continua nesta sexta-feira (04) com temas relacionados às atividades diárias dos juízes. Em pauta terão assunto relativos à saúde e à segurança dos magistrados, relação entre a psicanálise e o Direito e o Sistema Integrado de Gestão Operacional.

Acusado de praticar estupros é condenado em Grajaú

O juiz Hóldice Barros Cantanhede, titular da 1ª Vara da Comarca de Grajaú, realizou nesta quarta-feira (02) uma sessão do Tribunal do Júri. No banco dos réus, Ozeas Pereira de Souza, acusado de ter praticado crime de estupro contra cinco mulheres, entre as quais duas adolescentes. Ele foi condenado à pena de 44 anos de prisão, a ser cumprida em regime fechado.

De acordo com a denúncia, o acusado teria estuprado M.R.S., N.M.R, S.S.S, A.S.R, e J.S.C, sendo que as duas últimas tinham apenas 14 anos à época dos crimes. Os dois primeiros estupros dos quais Ozeas era acusado ocorreram em 7 de junho de 2012. Ele teria praticado atos libidinosos com M.R.S, ameaçando gravemente e agredindo. O crime foi num matagal próximo ao clube Brilho do Sol, no bairro do Ipem, em Grajaú. A vítima foi obrigada a cometer atos sexuais sob ameaça de uma faca.

Na mesma data, o denunciado teria feito mais duas vítimas: as adolescentes J.S.C e A.S.R., as duas de 14 anos de idade. Ele utilizou o mesmo modo de abordar e operar, ameaçando as duas meninas com uma faca, com agressões e tapas no rosto, e as obrigando a manter relações sexuais com ele e entre si. O fato ocorreu perto de um parque de diversões.

Cinco meses depois, Ozeas teria praticado, da mesma forma, as mulheres N.M.R e S.S.S, crimes cometidos no bairro Extrema, em Grajaú. As duas mulheres teriam sido abordadas pelo acusado quando saíram do trabalho. Utilizando uma faca, ele teria agredido as duas e praticado atos libidinosos e estupro com a duas vítimas. Iniciadas as investigações após o cometimento do primeiro estupro, contra a vítima M.R.S, o denunciado continuava à solta cometendo ataques, até que em março de 2013 ele acabou sendo preso em flagrante após tentar estuprar outra vítima, D.A.S.

Na delegacia, ele foi reconhecido por todas as outras mulheres. As vítimas foram ouvidas e afirmaram em audiência que o acusado foi a mesma pessoa que as violentou sexualmente. Muito embora o acusado tenha ficado em local separado durante os depoimentos, as vítimas afirmaram já tê-lo visto ao menos uma vez, quando do reconhecimento na fase policial ou mesmo por ocasião do acesso ao fórum, quando o viram em suas dependências.

Na sentença, o magistrado fixa a pena em 44 anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. Ozeas Pereira deverá aguardar o trânsito em julgado preso, uma vez que ainda subsistem os requisitos da prisão provisória e comprovada a alta periculosidade que ele apresenta.

Coleta de material para exame de DNA agiliza processos de investigação de paternidade em São Vicente Ferrer

03/04/2014

Um mutirão para a coleta de material genético para exame de DNA movimentou a comarca de São Vicente Ferrer (140 km da capital) no período de 17 a 24 de março último. Capitaneada pelo titular da unidade, juiz Karlos Alberto Ribeiro Mota, a iniciativa teve por objetivo agilizar o andamento de processos de investigação de paternidade em tramitação na comarca.

Segundo o magistrado, quando de sua titularização na unidade a comarca vinha de um período sem juiz titular, o que fez com que as ações se acumulassem - o mutirão contemplou exames para instrução de 41 ações do tipo, quatro delas paradas desde 2011 em função da pendência do exame.

Treinamento - De modo a solucionar o problema, o magistrado entrou em contato com o Laboratório de do Fórum de São Luís para saber o procedimento para a realização dos exames pelo laboratório forense, "mais rápido e sem que as partes, carentes, precisassem pagar", explica.

O próximo passo foi enviar ao laboratório um servidor da comarca, o técnico judiciário Luis de França Gomes, para receber treinamento na coleta de material para o exame.

Esfregaço bucal - Foi esse servidor o responsável pela coleta de material para 15 exames dos 41 agendados para o mutirão - "em outros processos houve acordo e alguns o suposto pai não compareceu", diz o técnico. Em um dos exames, a coleta de material foi feita com os supostos avós paternos, uma vez que o suposto pai é falecido.

A técnica empregada foi a coleta de esfregaço bucal. Todo o material coletado foi enviado, via Sedex, ao Laboratório do Fórum. Através do sistema Digidoc (tramitação de documentos via internet utilizado pelo Poder Judiciário) foram informados ao laboratório os dados referentes ao processo, bem como o número de AR (Aviso de Recebimento) do material.

Esforço - Diz o juiz da comarca: "O esforço agora é para que ações de investigação de paternidade nunca mais se acumulem, já que é uma ação de extrema importância para as partes".

Novas ferramentas agilizam acesso aos serviços do Portal do Judiciário

03/04/2014

Está disponível na página principal do Portal do Poder Judiciário do Maranhão o acesso rápido aos principais serviços voltados para o cidadão, advogado, magistrado e servidor.

As alterações foram pensadas e efetivadas pela Assessoria de Comunicação e pela Diretoria de Informática do TJMA, em parceria com as assessorias da Corregedoria e Esmam. O projeto está alinhado ao foco da gestão da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário.

Num menu horizontal, o jurisdicionado terá à sua disposição, clicando em “Cidadão”, serviços como autorização de viagens para menores, calendário forense, comarcas, conciliação, concursos, plantões, telefones, transparência (gastos dos Judiciário), Ouvidoria e Telejudiciário.

Já o advogado que acessa a página eletrônica do Judiciário, dispõe de ferramentas de atualização monetária, gerador de custas, compêndio de resoluções, Projudi, provimentos, sustentação oral, entre outros.

“Queremos que o Judiciário maranhense esteja na internet com os serviços essenciais que ele disponibiliza à sociedade, facilitando a vida do cidadão que busca a Justiça, do advogado que precisa de informações com agilidade, e do magistrado e servidor, que já trabalham on-line diariamente”, explica o assessor-chefe de Comunicação da Presidência do TJMA, Antônio Carlos Oliveira.

O Portal do Judiciário garante também navegabilidade rápida ao público interno, formado pelos magistrados e servidores. Para os magistrados, basta um clique para acessar áreas como antiguidade, editais de remoção e promoção, Sentinela, webmail, ofícios circulares, provimentos entre outras opções.

Os servidores, por sua vez, têm a opção de navegar pelos sistemas Sentinela, MentoRH, processos seletivos, capacitação, webmail e outros.

“Estamos dando início a algumas alterações no portal, que passa a ter o conceito de serviços em primeiro lugar, não esquecendo a divulgação de informações importantes e úteis sobre o Judiciário, nem o papel institucional que os órgãos que o compõem carregam. Neste primeiro momento, temos como foco principal o cidadão que busca a Justiça, que quer informações sobre o seu processo, de forma ágil”, destaca o diretor de Informática do TJMA, Jorge Henrique Oliveira.

BUSCA REFINADA - Outra melhoria bastante aguardada por todos os públicos que acessam o Portal do Judiciário é a busca refinada dentro do site, cujo novo modelo já está em pleno funcionamento.

Ao clicar no item “O que você procura?”, uma aba se expande, onde é possível preencher os campos específicos para buscar o conteúdo (termo de pesquisa) que se deseja: se em todo o portal ou por site -TJMA, CGJ-MA ou Esmam -, se por todas as áreas ou alguma específica, se por todo o conteúdo das áreas ou algum em especial. Também é possível determinar um intervalo de tempo para que a procura seja feita.

Justiça manda Município de São Luís realizar exame em paciente com tumor

O Município de São Luís terá que disponibilizar, em 10 dias, exame a paciente que sofre de linfoma de Hodgkin, para que seja realizado o diagnóstico preciso da evolução da doença e a real extensão do tumor. A decisão é do juiz titular do Juizado Especial da Fazenda Pública da capital, Ailton Castro Aires.

R.L.C. ingressou com ação, com pedido de tutela antecipada, contra o município para que o ente público ofereça o exame denominado PET CT - Exame de Estadiamento, indicado, conforme solicitação médica, para a determinação da real extensão do tumor, individualizando, assim, a escolha do melhor tratamento.

O autor da ação alegou não possuir condições financeiras para realizar o exame em clínica particular. Informou que desde maio de 2013 aguarda que o procedimento seja disponibilizado pela rede de saúde pública, não obtendo resposta positiva do município.

Ao conceder a tutela antecipada, o magistrado destacou a urgência que a situação requer em face da moléstia que acomete o paciente (linfoma de Hodgkin, apresentado atualmente linfonodomegalia mediastinal).

Conforme o juiz, a demora no tratamento poderá resultar em danos irreparáveis à saúde do requerente, sendo imprescindível que o poder público forneça de imediato o respectivo exame, evitando o agravamento no quadro de saúde do paciente.

O juiz também deferiu o pedido de assistência judiciária gratuita ao autor da ação.

Linfoma de Hodgkin, segundo dados da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (ABRALE), é uma forma de câncer e se origina nos linfonodos do sistema linfático, que inclui principalmente os gânglios linfáticos, baço e amígdalas.

AMMA comunica ao TJMA apoio a requerimento que trata de movimentação na carreira

Em ofício encaminhado à presidente da Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos do Tribunal de Justiça, assinado pelo presidente Gervásio Santos, a AMMA informou que apoia o pedido formulado nos autos do Processo nº 10983/2014, com o objetivo de modificar o Código de Divisão e Organizações Judiciárias a fim de que nas movimentações da carreira da magistratura maranhense as remoções sempre precedam às promoções, quer por merecimento, quer por antiguidade.

A adesão da AMMA ao requerimento é decorrente de decisão da maioria de seus associados, que se manifestaram na última Assembleia Geral realizada no dia 22 de março (foto), favorável às promoções antecedidas de remoções, conforme o pronunciamento do Conselho Nacional de Justiça nos autos do PCA nº 001021-84.2013.2.00.0000. Os magistrados presentes na assembleia também se posicionaram contra o pedido de remoção da remoção na entrância intermediária.

O Processo nº 10983/2014, no qual o juiz Hóldice Barros, da Comarca de Grajaú, e outros magistrados, solicitam a alteração do Código de Divisão e Organização Judiciárias, havia sido convertido em diligência pela Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos, em reunião realizada no dia 25 de março de 2014, e encaminhando à AMMA para manifestação, a qual foi feita à Comissão no dia 1º de abril, por meio Ofício 42/14.

Serviço de urgência garante estabilidade dos sistemas do TJMA



A Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantém serviço de sobreaviso fora do expediente forense para atender às demandas urgentes no âmbito do Judiciário.

O atendimento obedece escala de rodízio semanal com participação de servidores efetivos, por meio do telefone celular corporativo (98) 8880-4303. Nos dias úteis, o serviço funciona das 18 às 24 horas. Nos sábados, domingos e feriados, inclusive os de ponto facultativo, o período é das 8 às 24 horas.

O objetivo é garantir a estabilidade e o acesso a sistemas e serviços informatizados, às vezes prejudicados em função de chuvas ou falta de energia elétrica.

Comarca de Olho D'Água das Cunhãs encerra série de júris



Encerrado pela Comarca de Olho D'Água das Cunhãs nesta quinta-feira (03), a série de três júris onde foram a julgamento acusados de homicídio e de tentativa de homicídio. Presidiu os júris a titular da comarca, juíza Mirella Cezar Freitas.

No julgamento dessa quinta-feira (03), Antonio Pereira de Araújo foi condenado à pena de 01 (um) ano e seis meses de reclusão, em regime aberto, pelo homicídio da esposa, Maria das Graças Nunes Gomes. De acordo com o processo, o crime ocorreu no dia 25 de dezembro de 2007, no Povoado Velosiana (Olho D'Água das Cunhãs) onde o acusado teria tirado a vida da vítima com um tiro de espingarda.

Na dosimetria da pena, a juíza considerou o atenuante da confissão do réu e como agravante o cometimento de crime contra cônjuge.

O Conselho de Sentença decidiu que o réu agiu por imprudência, praticando o delito de homicídio culposo.

No júri do dia 1º de abril, o Conselho de Sentença desclassificou o delito de tentativa de homicídio pelo qual respondeu o réu Antonio Alves Pereira Filho para lesão corporal.

"Referido crime é passível do benefício de sursis (suspensão), razão pelo qual este Juízo não pode promover de imediato o desfecho da presente ação, devendo os autos aguardarem o trânsito em julgado", diz a juíza na sentença.

Passado o prazo para recurso, a magistrada deverá marcar audiência onde determinará as medidas a ser cumpridas pelo réu.

No primeiro julgamento, no dia 25 de março último, no Salão de Júris do Fórum Desembargador Pires da Fonseca, José Ribamar Alves de Lima respondeu pela acusação de tentativa de homicídio qualificado que teve como vítima Isaura Alves Mendes.

Por maioria, o Conselho de Sentença desclassificou o crime de tentativa de homicídio qualificado, ao que a juíza determinou a conclusão dos autos para posterior manifestação.

Mutirão de Conciliação em Itapecuru-Mirim tem 270 audiências agendadas

Do próximo dia 22 de abril até o dia 9 de maio um Mutirão de Conciliação promovido pela 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim realiza 270 audiências. Presidido pela juíza Lúcia de Fátima Silva Quadros, titular da unidade. Uma servidora da secretaria judicial da comarca atuará como conciliadora nas ações do Juizado Especial.

Em média, serão 70 audiências diárias, realizadas nos períodos da manhã e tarde.

Entre os processos, os cíveis, que contabilizam cerca de 50. O restante trata de ações do Juizado, dos quais a maior parte tem como demandadas pessoas físicas.

Acervo - Dados contabilizados até essa segunda-feira (31) apontam para um acervo de 1.726 processos em tramitação na unidade.

Instalada em outubro de 1981 e distante 200 km da capital Itapecuru-Mirim é comarca de entrância intermediária e conta com três varas.

O Poder Judiciário da comarca funciona na Rua Basílio Simão, s/n, Centro.

Desembargadores autorizam aptidão de candidato com tatuagem em concurso da Polícia Militar

Os desembargadores das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) acataram Mandado de Segurança de um candidato ao cargo de soldado da Polícia Militar do Estado, que havia sido considerado inapto nos exames médicos por possuir uma tatuagem. A decisão concedeu o pedido e considerou o candidato apto, entendendo que houve violação aos princípios da legalidade e isonomia.

Para Graças Duarte, o fato de o impetrante possuir tatuagem não o inabilita para o exercício de suas atribuições militares (Foto:Ribamar Pinheiro)

O candidato narrou que foi aprovado em todas as fases do concurso da PMMA, para o cargo de soldado, após abdicar de parte do seu tempo para se dedicar aos estudos. Ele alegou que não existe lei prevendo a exclusão de candidato que possua tatuagem e que a sua estaria localizada em local não visível com uso do uniforme.

A relatora do processo, desembargadora Maria das Graças Duarte, ressaltou que a Administração Pública não poderia exigir que os candidatos não possuíssem sinais adquiridos, pela impossibilidade jurídica de estabelecer condições sem prévia lei formal, por violação ao princípio da legalidade. Segundo ela, a exigência ofende a determinação constitucional da igualdade entre todos, sem distinções de qualquer natureza.

A magistrada citou precedentes de outros tribunais, como Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de que as exigências em editais de concurso público precisam estar adstritas à previsão em lei.

“O fato de o impetrante possuir tatuagem não o inabilita para o exercício de suas atribuições militares, posto que o uso de tatuagem não o atrapalhou ou mesmo incapacitou para ultrapassar etapas anteriores do certame”, assinalou. (Processo: 423532013)

Justiça manda Município de São Luís realizar exame em paciente com tumor

O Município de São Luís terá que disponibilizar, em 10 dias, exame a paciente que sofre de linfoma de Hodgkin, para que seja realizado o diagnóstico preciso da evolução da doença e a real extensão do tumor. A decisão é do juiz titular do Juizado Especial da Fazenda Pública da capital, Ailton Castro Aires.

R.L.C. ingressou com ação, com pedido de tutela antecipada, contra o município para que o ente público ofereça o exame denominado PET CT - Exame de Estadiamento, indicado, conforme solicitação médica, para a determinação da real extensão do tumor, individualizando, assim, a escolha do melhor tratamento.

O autor da ação alegou não possuir condições financeiras para realizar o exame em clínica particular. Informou que desde maio de 2013 aguarda que o procedimento seja disponibilizado pela rede de saúde pública, não obtendo resposta positiva do município.

Ao conceder a tutela antecipada, o magistrado destacou a urgência que a situação requer em face da moléstia que acomete o paciente (linfoma de Hodgkin, apresentado atualmente linfonodomegalia mediastinal).

Conforme o juiz, a demora no tratamento poderá resultar em danos irreparáveis à saúde do requerente, sendo imprescindível que o poder público forneça de imediato o respectivo exame, evitando o agravamento no quadro de saúde do paciente.

O juiz também deferiu o pedido de assistência judiciária gratuita ao autor da ação.

Linfoma de Hodgkin, segundo dados da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (ABRALE), é uma forma de câncer e se origina nos linfonodos do sistema linfático, que inclui principalmente os gânglios linfáticos, baço e amígdalas.

Desembargador Ricardo Duailibe permanece no plantão do TJMA

O desembargador Ricardo Duailibe permanece no plantão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) até domingo (6), conforme escala n°02/2014 do 2º grau, disponível no Portal do Judiciário.

Ricardo Duailibe é o plantonista do TJMA (Foto:Ribamar Pinheiro)

Durante o plantão são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de há beas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau desta semana são José de Jesus Costa e Carlos Augusto Júnior, que podem ser encontrados no (98) 8866-9274. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

PLANTÃO - Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados - inclusive os de ponto facultativo - entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Acordos nos centros de conciliação podem ser agendados sem sair de casa

O agendamento de acordo antecipado nos centros de conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) pode ser feito sem sair de casa. A iniciativa permite que o agendamento seja feito pelo Telejudiciário do tribunal (0800 707 1581), internet ou em qualquer um dos cinco centros de solução de conflitos da capital.

José Luis Almeida diz que a sociedade precisa estar predisposta ao diálogo (Foto:Ribamar Pinheiro)

O cidadão, empresa ou instituição que quiser fazer o agendamento pela internet, deve acessar o Portal do TJMA (www.tjma.jus.br) e clicar no link "conciliação". O interessado será direcionado para o formulário do sistema Attende.

No agendamento, o cidadão informará sobre a demanda, identificação própria e da parte contrária. De imediato é marcada a audiência de conciliação, que será coordenada por um conciliador ou mediador na data agendada.

SISTEMÁTICA - Os centros de conciliação atendem partes envolvidas em conflito antes da ação ter sido ajuizada na Justiça (fase pré-processual) e também naquelas já em andamento (fase processual). Conciliadores ou mediadores facilitam o entendimento entre as partes, com vistas a solucionar a demanda.

Caso não haja saída consensual, a causa seguirá o trâmite normal, conforme o caso. Havendo acerto entre as partes, será homologado o acordo pactuado pelo juiz de Direito.

Para o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luis Almeida, os centros de conciliação adotam um modelo novo e inteligente de assegurar direitos, e evitar processos judiciais longos e desgastantes.

"Os centros reafirmam o compromisso do Judiciário em prestar um trabalho de excelência aos cidadãos, na perspectiva de atingir a tão almejada pacificação social. Contamos com o apoio de toda a sociedade, que precisa estar predisposta ao diálogo", assinala o desembargador.

POLÍTICA JUDICIÁRIA - Os centros cumprem Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, instituída pelo CNJ, com o objetivo de assegurar a solução de conflitos por meios adequados a sua natureza e peculiaridade.

O coordenador dos centros de conciliação do TJMA, juiz Alexandre Abreu, afirma que a solução dos litígios por meio da conciliação é, indiscutivelmente, o melhor caminho. "Isso está sendo comprovado pelos cidadãos, que têm confiado cada vez mais no trabalho realizado pelo Judiciário e pelos centros", ressalta.

Segundo ele, a conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, e têm reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses e a quantidade de recursos e de execução de sentenças.

Além dos centros de conciliação instalados na capital Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), Rua do Egito, na FACAM (Bequimão) e no Uniceuma (Renascença e Cohama) outras sete unidades estão em funcionamento em Imperatriz, Balsas, Bacabal e Caxias.

Revoltada, população de Colinas protesta, para obras e consegue liminar na Justiça

A Prefeitura de Colinas teve obras nos canteiros da avenida Bernardo Sayão, principal via da cidade, paralisadas por apelo popular e liminar concedida pela Justiça nessa quarta-feira, 2. A ação da prefeitura foi iniciada após aprovação de projeto de lei para revitalizar as praças públicas do município.

De acordo com o vereador Júnior Pacheco (PMDB), as obras começaram por volta das 9 horas da manhã, mas a população reagiu. "Ele [prefeito] arrancou um canteiro no centro da cidade. O pessoal entrou na frente das máquinas para impedir", disse o vereador.

Viviane Aparecida Martins da Silva, uma das moradoras que impediram as obras, afirmou que a população não estava informada. "Nós não sabíamos de nada. O comércio acreditou que seria um estacionamento". Viviane Martins ainda argumentou: "A Bernardo Sayão é um patrimônio cultural. Eu não vi revitalização, vi destruição".

O promotor Guilherme Goseling Araújo foi procurado, e entrou na Justiça com pedido de liminar para interromper as obras, que contariam com uma pista de skate e palco para shows.

Pacheco lembrou que o projeto aprovado pela Câmara Municipal era para revitalização e criticou a gestão do prefeito José Santana (PT). "É um absurdo o que o prefeito queria fazer. A espaço é um patrimônio cultural. Temos tantos outros locais para chamar a população, e ele quer arrancar o que está bonito. É falta de planejamento".